



PARECER CONJUNTO

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº. 81/2026

ASSUNTO: Dispõe sobre a revisão de subsídios dos agentes políticos do Município de Botucatu, dentro sua competência privativa.

AUTOR: Prefeito

O presente Projeto de Lei tem por objetivo promover a revisão dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, mediante a aplicação do índice de 4,11% (quatro inteiros e onze centésimos por cento) sobre os valores atualmente vigentes.

A proposição estabelece que a revisão observará o disposto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, correspondendo à revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2026.

A **Comissão de Constituição, Justiça e Redação** analisou os aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 37, inciso X, a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e dos subsídios dos agentes políticos, observada a iniciativa privativa em cada caso.

A iniciativa da presente proposição é legítima, por tratar de revisão dos subsídios dos agentes políticos vinculados ao Poder Executivo Municipal, matéria inserida na competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Observa-se, ainda, que a proposta não trata da fixação dos subsídios, hipótese disciplinada pelo artigo 29, inciso V, da Constituição Federal, mas exclusivamente da revisão geral anual destinada à recomposição do poder aquisitivo, em conformidade com o índice inflacionário apurado no período de maio de 2025 a abril de 2026.

Não se verificam vícios de constitucionalidade, legalidade ou técnica legislativa, razão pela qual esta Comissão opina favoravelmente à tramitação da matéria.

A **Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade** examinou os aspectos financeiros e orçamentários da proposição.

Conforme dispõe o artigo 2º do projeto, as despesas decorrentes da execução da lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.



A Exposição de Motivos informa que os recursos necessários à implementação da revisão encontram-se previstos nas dotações orçamentárias alocadas ao Gabinete do Prefeito e às Secretarias Municipais, não havendo incompatibilidade com o planejamento orçamentário do Município.

Dessa forma, não se constata impedimentos de natureza financeira ou orçamentária à aprovação da matéria.

Assim, após análise, as comissões manifestam pelo prosseguimento do projeto, reservando o direito de manifestação em Plenário, quando este constar na pauta da Ordem do Dia.

Plenário “Vereador Laurindo Ezidoro Jaqueta”, 12 de junho de 2026.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ver. **NUNO GARCIA**
Presidente

Ver. **VALMIR REIS**
Relator

Ver. **THIAGO PADOVAN**
Membro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Ver. **LELO PAGANI**
Presidente

Ver. **ZÉ FERNANDES**
Relator

Ver. **WELINTON JAPA**
Membro



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Botucatu. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=A80W-X71T-ECJ0-7GWW> , ou vá até o site <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: A80W-X71T-ECJ0-7GWW

Câmara Municipal de Botucatu, 12 de junho de 2026

Botucatu, 12 de junho de 2026